

RODRIGO BARBOSA SOUTO

JORNAL OJE
ARTIGO DE OPINIÃO



Angola e os Desafios de 2015



O ano de 2015 será um ano de desafios para Angola. Com efeito, o Executivo Angolano já caracterizou o ano que se inicia como um ano difícil no plano económico, devido à – muito propalada – queda acentuada do preço do petróleo. Como resistirá, assim, Angola (cuja economia depende fortemente deste recurso) a este cenário, é ainda uma incógnita que, apenas nos próximos meses, se desvendará. Contudo, há males que podem vir por bem e o mote já foi dado pelo próprio Executivo Angolano que elegeu a diversificação da economia como prioridade máxima.

A face visível desta política têm sido os fortes investimentos que têm sido anunciados nos mais diversos setores, como a agropecuária, a indústria ou a construção. Mas não basta diversificar. É imperativo analisar o ordenamento jurídico existente, reduzir custos, reformar leis e fomentar o investimento privado. E, nesses aspetos, 2014 e já o início de 2015, foram, sem dúvida, um ótimo exemplo.

Quanto a cortar custos, aplaude-se, desde logo, e como forma de dinamizar o comércio jurídico, a redução muito substancial dos emolumentos devidos pela constituição de sociedades comerciais.

Relativamente a reformas, o novo ano trouxe significativas alterações no plano fiscal. Com efeito, a partir de 1 de Janeiro de 2015, entrou em vigor o novo Código de Imposto Industrial que inclui uma redução da respetiva taxa de 35% para 30%, sendo esta diminuição aplicável também ao lucro tributável de 2014. Por outro lado, a retenção na fonte em sede de Imposto Industrial, que era de 3,5% e de 5,25%, passa, a partir do novo ano, a ser de 6,5%.

Ainda no quadro da reforma do sistema tributário em curso e no final de 2014, foram aprovados os novos Códigos do Imposto sobre os Rendimentos do Trabalho, do Processo Tributário e das Execuções Fiscais, a revisão dos Códigos do Imposto do Selo e do Imposto sobre a Aplicação de Capitais e o Regime Fiscal aplicável aos Organismos de Investimento Coletivo.

Já quanto a fomentar o investimento privado, é visível a preocupação da Agência Nacional para o Investimento Privado (ANIP) em aumentar os seus quadros, para que, já este ano, seja possível criar representações da ANIP em todas as províncias. De resto, 2015 poderá, igualmente, ser o ano de novas alterações à Lei do Investimento Privado. Com efeito, e para além de outras alterações previstas, o atual limite de 1 milhão de dólares, que dá direito a incentivos fiscais, poderá descer para metade, favorecendo, no entanto, tal redução, apenas os investidores angolanos. Por outro lado, prevê-se uma alteração da qualificação de investidor estrangeiro (quando este se trate de uma pessoa coletiva), pois, de acordo com a atual lei, apenas os sócios de uma sociedade investidora, e não ela própria, são qualificados como investidores privados.

Neste contexto económico, o ano de 2015 será claramente um teste à capacidade do Executivo Angolano de se adaptar a esta nova realidade – pouco confortável – de ver a sua economia sofrer o impacto da descida do preço da sua principal fonte de rendimento.

Será, pois, um duro desafio à sua capacidade de equilibrar as contas e esticar uma manta (mais curta) de receitas, sem deixar derrapar o défice, nem atrasar os investimentos necessários para diversificar a economia, garantir as infraestruturas do país e manter as instituições públicas (nomeadamente os Tribunais) e o ordenamento jurídico estáveis. 2015 está a ser um bom começo. Esperemos que assim se mantenha.

F. CASTELO BRANCO & ASSOCIADOS
SOCIEDADE DE ADVOGADOS RL

Av. da Liberdade, 249, 1º
1250 - 143 Lisboa
Portugal
fcb@fcblegal.com

Rua Domingos Sequeira, 101
4050 - 232 Porto
Portugal
porto@fcblegal.com

Rua de Santo António, 2A – 1º
8000 - 283 Faro
Portugal
algarve@fcblegal.com

Calle Fray Juan Gil, 5 Bajo
28002 Madrid
Spain
madrid@fcblegal.com

Rua Rainha Ginga, Piso Intermédio
Caixa Postal 6262 Luanda
Angola
angola@fcblegal.com

Av. Vladimir Lenine, nº 174 – 1º
Edº Millenium Park Maputo
Mozambique
mozambique@fcblegal.com